

RECIBOS VERDES ELECTRÓNICOS



INTRODUÇÃO

A Portaria n.º 879-A/2010 de 29 de Novembro de 2010, aprovou os **modelos oficiais de recibos verdes electrónicos (RVE)**, a sua **forma de emissão** no site das finanças e **respectivos prazos**.

O novo sistema é totalmente gratuito e seguro, elimina as despesas com aquisição das actuais cadernetas, com os procedimentos da sua aquisição, bem como de emissão, envio e conservação dos recibos.



EMIÇÃO E CONSULTA

A emissão e consulta do RVE (Recibo Verde Electrónico), serão efectuadas exclusivamente através de sessão segura, com introdução do número de identificação fiscal e da respectiva senha de acesso ao site (www.portaldasfinancas.gov.pt), da seguinte forma:

Para Emissão:

Início» Os seus serviços» Obter» Recibos verdes electrónicos» Emitir

Para Consulta:

Início» Os seus serviços» Consultar» Recibos verdes electrónicos

Os destinatários dos recibos emitidos podem aceder a eles imediatamente através do Portal das Finanças, e é disponibilizado a ambos um sistema de consulta permanente de todos os recibos emitidos e recebidos (pelo prazo de 5 anos).



ALERTA

A partir do próximo dia 1 de Julho de 2011, passa a ser obrigatório a utilização dos novos modelos oficiais de recibos verdes electrónicos, para os profissionais livres cujos rendimentos ilíquidos anuais sejam superiores a 10,000.00€.

Os recibos da caderneta modelo 6, deixam de poder ser utilizados a partir do dia 30 de Junho de 2011



NOVIDADE

A DGCI disponibilizou no Portal das Finanças um serviço que permite habilitar pessoas da sua confiança a emitirem e consultarem os recibos verdes electrónicos em seu nome e por sua conta.

Este serviço de **criação e gestão de sub-utilizadores**, é efectuado em:

Serviços» Outros Serviços» Gestão de utilizadores.

Para criar um sub-utilizador, deve preencher os campos relativos a **nome** (identificação associada ao sub-utilizador) e **senha** (password escolhida pelo contribuinte para o sub-utilizador); e seleccionar a opção - RVE (Recibos verdes Electrónicos).



LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- Portaria n.º 879-A/2010 de 29 de Novembro de 2010 e Código do IRS

NOTA: A informação contida neste folheto informativo não tem carácter vinculativo, pelo que, no caso de qualquer dúvida não hesite em contactar-nos.